

REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS

Nº 49 - SETEMBRO 2023



Saúde mental: preconceito e desigualdades adoecem as periferias

Maré constrói política de saúde mental com o SUS

Tamires Sampaio fala do Programa de Segurança Pública

AGENDA DE LUTAS SETEMBRO DE 2023



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



Saúde mental: preconceito e desigualdade social adoecem as periferias



FOTO: TÂNIA RÉGO/ AGÊNCIA

Discriminação de gênero, racismo, violência, longos deslocamentos e trabalhos precarizados são alguns dos fatores que limitam o acesso das pessoas que vivem nas periferias brasileiras à saúde mental. Além deles, o acesso aos serviços e cuidados nessa área continuam elitizados, e o debate sobre o tema enfrenta uma barreira de preconceitos, construída ao longo dos séculos, que perpetua as desigualdades sociais quando se trata desse direito constitucional.

Convencer a sociedade de que a saúde mental é uma questão de saúde pública e não uma pauta individual é central para a evolução das políticas que possibilitam o acesso das periferias aos cuidados e serviços de saúde mental. Assim como é essencial conectar esse debate a outros acessos, como saúde, emprego e moradia digna, para que seja possível de fato democratizar e estender esse direito a todos. É disso que trata a edição de setembro da **Revista Reconexão Periferias**.

O artigo da consultora do projeto Reconexão Periferias Léa Marques trata dos impactos da precarização do mercado de trabalho sobre a saúde mental dos trabalhadores. “A atual situação da classe trabalhadora no Brasil é, em termos gerais, de intensa precarização, super exploração e baixos rendimentos. Neste cenário, consideramos ainda que as atividades relacionadas ao trabalho têm dimensão central na vida das pessoas. A partir dessas diretrizes, nos propomos a pensar sobre as relações entre saúde mental e condições de trabalho, especificamente dos trabalhadores e trabalhadoras informais”, pontua.

A *Entrevista* do mês é com a cientista política e pesquisadora Maíra Gabriel, que trabalha há 12 anos na Redes da Maré. A orga-

PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR DO PROJETO** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** ISAÍAS DALLE, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, RUAN BERNARDO, SOFIA TOLEDO, VICTÓRIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** SOLANGE GONÇALVES LUCIANO ■ **EDIÇÃO E REVISÃO** ROSE SILVA ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CAMILA ROMA ■ **PROJETO GRÁFICO** CACO BISOL ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** PAULO OKAMOTTO (PRESIDENTE), VÍVIAN FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JORGE BITTAR, LUIZ CAETANO, NAIARA TORRES E VIRGÍLIO GUIMARÃES.

nização, que atua há 20 anos naquele complexo de favelas do Rio de Janeiro, identificou efeitos da exposição à violência armada na saúde mental dos moradores. Intitulada Construindo Pontes, a pesquisa ajuda a consolidar algumas observações feitas no dia a dia. Por exemplo: a violência mais determinante é aquela produzida pela polícia, pela intervenção do Estado.

Em diálogo com o tema da violência nas periferias e a necessidade de construir uma política de Segurança Pública que proteja a vida das populações periféricas, a seção *Quando Novas Personagens Entram em Cena* ouviu a Tamires Sampaio, uma jovem advogada negra de 29 anos, feminista, hoje assessora especial do Ministério da Justiça, onde coordena o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

Em 5 de setembro se comemora o Dia da Amazônia, tema tratado na seção *Perfil* desta edição, que apresenta o Iná - Instituto Nova Amazônia, coletivo que atua há seis anos na cidade de Bragança (PA)

com o objetivo de apoiar o desenvolvimento sócio ambiental de comunidades tradicionais da região amazônica. Palavra de origem indígena, Iná significa “pessoa” e reflete a missão de construir uma nova Amazônia pensada a partir de quem lá aqui vive e conhece de perto o modelo de desenvolvimento sustentável necessário. A ONG nasceu da preocupação com a falta de apoio técnico e social para o desenvolvimento sustentável, econômico e igualitário de comunidades tradicionais e em situação de risco, com o intuito de promover e efetivar direitos.

As integrantes do coletivo Utopia Negra Luana Darby Nayrra da Silva Barbosa e Alicia Miranda também tratam de sustentabilidade em seu artigo “O olhar dos coletivos sociais sobre o Diálogos Amazônicos”, evento emblemático que reuniu líderes dos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, pretos e juventudes de periferias urbanas, além de especialistas ambientais, governantes e representantes da sociedade civil

e movimento sociais para discutir questões relacionadas à preservação, mudança do clima, proteção aos povos da floresta e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

A seção de *Arte* apresenta o jovem roteirista, cineasta e escritor Vinicius Torres, nascido em Manaus (AM), que produziu o curta metragem *Fanzine Últimas Páginas*, em parceria com a diretora Rebeca Libna, e participou também do Festival do Minuto 2023, com *Lembranças*. Em nova empreitada, se prepara para lançar o primeiro longa metragem que conta um pouco da história do artista roraimense macuxi Jaider Esbell. A edição traz também a artista urbana, ilustradora, arte-educadora e performer Aline Guimarães, de Teresina (PI), mais conhecida por seu nome artístico “Línea”, inspirado nos movimentos possíveis que pode fazer enquanto artista.

A Revista Reconexão Periferias traz ainda as seções *Programas, Agenda e Oportunidades*.

Boa leitura! Boas lutas! ■

Trabalho informal e seus impactos na saúde mental

LÉA MARQUES



FOTO: SÉRGIO SILVA

LÉA MARQUES É SOCIOLOGA, MILITANTE FEMINISTA, CONSULTORA RESPONSÁVEL PELO EIXO DE TRABALHO DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS

A partir dessas diretrizes, nos propomos a pensar sobre as relações entre saúde mental e condições de trabalho, especificamente dos trabalhadores e trabalhadoras informais. Refletir sobre essas relações é, além de apresentá-las, buscar construir caminhos para que as soluções partam da compreensão dos aspectos sociais, econômicos e ideológicos envolvidos no contexto em que se manifestam os aspectos individuais da saúde mental de cada trabalhador/a.

A grande maioria das ini-

A atual situação da classe trabalhadora no Brasil é, em termos gerais, de intensa precarização, super exploração e baixos rendimentos. Neste cenário, consideramos ainda que as atividades relacionadas ao trabalho têm dimensão central na vida das pessoas.

ciativas, leis e normas existentes sobre saúde mental do trabalhador/a referem-se apenas a um contexto de formalização do trabalho. Ainda aí, há de se destacar que a dificuldade de acessar um emprego formal de qualidade e os desafios do nosso sistema de saúde pública e de previdência social, na maioria das vezes, não estarem preparados para compreender as relações existentes entre adoecimento, condições sociais/econômicas e condições de trabalho. Muitas vezes, o descaso ou a responsabilização da própria vítima por seu adoecimento mental decorrente de questões relacionadas ao trabalho ou condições objetivas de vida é a realidade encontrada.

Entretanto, essa crueldade se agrava ainda mais quando o/a trabalhador/a não tem vínculos formais. No Brasil, atualmente, de acordo com a Pesquisa Nacional Por Amostra de Domicílios, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, o índice de informalidade está em 39,1% da força de trabalho, o que significa que são mais de 38,8 milhões de trabalhadores e trabalhadoras que não têm sequer o direito de buscar algum benefício previdenciário ou de proteção do contratante em caso de adoecimento mental e necessidade de parar de trabalhar.

O trabalho informal - aqui incluídas também

as atividades decorrentes do processo de uberização do mercado de trabalho - pode ser caracterizado, em geral, por ser instável, com baixos rendimentos e com intensas e longas jornadas. Sabemos que são as pessoas moradoras das periferias, em situação de pobreza, as mais inseridas nesse tipo de trabalho, cujo perfil é caracterizado por serem jovens, negros e mulheres, uma população que historicamente tem seus direitos negados e enfrenta uma série de desigualdades no mercado de trabalho.

Sob influência do discurso empreendedor neoliberal, a saúde mental e a subjetividade desses trabalhadores/as são aspectos banalizados e negligenciados, muitas vezes até mesmo por eles/as mesmos, devido à necessidade de garantir sua própria sobrevivência, ou seja, de estarem sempre ativos/as, produtivo/as e gerando algum tipo de renda. No máximo, quando em intenso sofrimento mental, esses/as trabalhadores/as conseguem acessar um equipamento de saúde próximo a seu bairro que

não vai dar conta de buscar intervir nas condições macro que causaram seu sofrimento e se limita, na maioria das vezes, a diagnósticos e intervenções médicas necessárias para que volte o mais rápido possível para a ativa.

Sem negar a necessidade da intervenção médica quando for o caso, argumentamos que é imprescindível que outras questões tenham visibilidade quando refletimos sobre a saúde mental dos trabalhadores e trabalhadoras informais, tais como as condições sociais e econômicas em que vivem e as situações de racismo, machismo e preconceitos em geral que são obrigados/as a encarar cotidianamente.

Especialmente no caso das mulheres, a misoginia e o patriarcado aos quais são submetidas e precisam enfrentar todos os dias, tanto na esfera doméstica quanto no trabalho, têm reflexos concretos em sua saúde mental. No caso dos jovens negros, é inequívoco afirmar que a garantia da vida, em um país que segue

praticando um genocídio contra sua juventude negra, um dos reflexos do racismo estrutural e da desigualdade do Brasil, causa impactos na saúde mental dessa população.

Entendemos que é no enfrentamento de tais desafios, que se dá a partir do fortalecimento da luta política a favor de transformações mais gerais da sociedade, que enfrentaremos as causas dos adoecimentos mentais da maior parte da população. Será com o enfrentamento ao racismo estrutural, ao machismo e com a geração de empregos formais, protegidos, com salários dignos e jornadas que permitam a convivência familiar e comunitária que poderemos construir bases sólidas para intervir na melhoria da saúde mental de toda a população.

Boas condições de vida, moradia e lazer, além de acesso a um trabalho formal decente não garantem saúde mental, mas, certamente, são medicamentos poderosos na prevenção à doenças mentais e na promoção e valorização da vida. ■

O olhar dos coletivos sociais sobre o 'Diálogos Amazônicos'

LUANA DARBY NAYRRA DA SILVA BARBOSA E ALICIA MIRANDA

LUANA DARBY NAYRRA DA SILVA BARBOSA É SOCIOLOGA, MESTRA EM CIÊNCIAS SOCIAIS - UNESP/FCLAR E PRESIDENTA DO COLETIVO UTOPIA NEGRA.

ALICIA MIRANDA É GRADUANDA EM LICENCIATURA EM HISTÓRIA PELA UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ E INTEGRA O COLETIVO UTOPIA NEGRA



FOTO: ACERVO PESSOAL

A cidade de Belém (PA) foi palco do evento histórico e emblemático “Diálogos Amazônicos”, que reuniu líderes dos povos indígenas, ribeirinhos, quilombolas, pretos e juventudes de periferias urbanas, além de especialistas ambientais, governantes e representantes da sociedade civil e movimento sociais para discutir questões relacionadas à preservação, mudança do clima, proteção aos povos da floresta e desenvolvimento sustentável da Amazônia.

O objetivo principal foi estabelecer um espaço de diálogo permanente e cooperação entre diferentes regiões e países envolvidos na preservação da Amazônia, a fim de contribuir para a busca de soluções equilibradas e sustentáveis na região.

Durante o encontro, foram discutidos temas como a gestão dos recursos naturais, o desmatamento ilegal, a invasão de terras indígenas, a exploração irresponsável de minérios, entre outras problemáticas que afetam a região amazônica. As propostas estratégicas de desenvolvimento sustentável foram reforçadas para a proteção do meio ambiente quanto ao respeito aos direitos e culturas dos povos tradicionais.

Nossa expectativa era de um evento mais participativo em todos os sentidos, pois por forte influência do governo do

Estado do Pará deveria ser um teste da ação do Brasil precedente à Cúpula da Amazônia. Embora tenha contado com uma grande estrutura, a dinâmica nas salas onde foram realizados os GTs temáticos não foi pensada para a grandeza da ocasião, o que tornou as escolhas difíceis. Nosso coletivo fez o possível para participar de temáticas que envolvem o ativismo e as ações sociais que promovemos por meio de nossos projetos, como o "Te Liga, Comadre", em parceria com a Associação Gira Mundo e Observatório do Marajó.

A programação possibilitou executarmos atividades enriquecedoras e conhecer muitas pessoas, inclusive autoridades brasileiras e internacionais. Falamos da importância de pensar o fim da exploração de combustíveis fósseis, hoje com foco na Amazônia brasileira, e da ação climática em regiões urbanas e rurais no Amapá, incidindo nas famílias de periferias urbanas e áreas rurais.



FOTO: ACERVO PESSOAL

Os pontos negativos foram o tratamento dado aos povos indígenas que estavam ali, que levaram seus artesanatos e ficaram desalojados, não havendo uma organização mínima para que pudessem expor e vender sua produção. Assim, permaneceram nos corredores do Hangar. A extrema segurança no evento deixou pessoas, principalmente pretas, constrangidas pelo fato de as forças de segurança pública estarem sempre de olho nos movimentos. E também

houve casos de racismo no evento e fora dele. Chamamos a atenção para a cidade sede, Belém, que ainda não está preparada para atender um público tão grande, o que pode gerar complicações no gerenciamento da COP-30 no futuro.

O Diálogos Amazônicos foi um evento de interação entre os povos da Amazônia. Não houve grandes propostas, até porque o diálogo na própria Cúpula da Amazônia foi um pouco desmo-



FOTOS: ACERVO PESSOAL



tivador, já que os líderes de países se reuniram sem que tenham havido avanços significativos. Por exemplo, o governo atual, mesmo sendo progressista, acredita que a exploração de combustíveis fósseis trará o Brasil ao lugar de país competitivo no mundo, desconsiderando totalmente como isso afeta populações tradicionais e de diáspora, a fauna, a flora e o ciclo dos rios, e vai na contramão de tratados e agendas internacionais das quais o Brasil é signatário. A discussão acabou sendo

desigual, no sentido que ativistas e movimentos fizeram debates dentro da própria "bolha". Mesmo com a participação dos ministérios e secretarias do governo federal, a sistematização e o diálogo não foram muito propositivos e pensados para o contexto da diversidade apresentada ali. No entanto, algo muito positivo em nossa perspectiva é que muitos coletivos iguais ao nosso se fortaleceram ao ver outros fazendo suas atividades, compartilhando suas lutas e possíveis soluções sobre problemas

do cotidiano amazônico. Conseguimos firmar parcerias e construir ideias amadurecidas a respeito das vidas na região amazônica e saímos fortalecidos como o movimento da Amazônia.

A oportunidade de conhecer, participar e de adquirir conhecimento sobre temáticas que envolvem os nossos territórios foi extremamente importante, assim como começar a acreditar que esses espaços podem ser mais inclusivos e acolher nossos saberes tradicionais e tecnologias sociais. ■

Em parceria com o SUS, Maré constrói política de saúde mental no território

ISAÍAS DALLE

Em pesquisa recente, a organização Redes da Maré, que atua há 20 anos naquele complexo de favelas do Rio de Janeiro, identificou efeitos da exposição à violência armada na saúde mental dos moradores. Intitulada Construindo Pontes, essa pesquisa ajuda a consolidar algumas observações feitas no dia a dia. Por exemplo: a violência mais determinante é aquela produzida pela polícia, pela intervenção do Estado.



MAÏRA GABRIEL.
FOTO: ACERVO PESSOAL

Como pano de fundo desse cenário estão o comércio, o uso e a guerra oficial travada contra as drogas. Bem no centro, na mira, estão os moradores e usuários. Parte da intervenção da comunidade para superar os efeitos do uso abusivo de drogas e da violência inerente ao contexto está refletida no Espaço Normal, local de redução de danos e tratamento que trabalha em sintonia fina com os serviços públicos de saúde existentes no território, numa parceria construída com a Redes da Maré.

Quem conta um pouco da pesquisa e da experiência é a cientista política e pesquisadora Maïra Gabriel, que trabalha há 12 anos na Redes da Maré.

Acompanhe:

A pesquisa Construindo Pontes se utiliza do chamado Índice de Exposição à Violência Armada (IEVA). É um indicador criado por vocês?

É um conceito que não foi criado para a pesquisa, que já existe e é usado muito nos Estados

Unidos, por iniciativa da pesquisadora Nancy Cardia (brasileira, integrante do Núcleo de Estudos da Violência da USP). O que a gente desenvolveu foram elementos específicos para o contexto de uma favela como a Maré. Perguntas que pudessem dar conta da heterogeneidade. Porque existem pelo menos três tipos de manifestações de violência armada num território como a Maré. Há a violência pela atuação das forças armadas, já houve ocupação do Exército na Maré, e da polícia,



ESPAÇO NORMAL, LUGAR DE ACOLHIMENTO E RESTAURANTE. FOTO: DOUGLAS LOPES/REDES DA MARÉ

como as excursões com o caveirão, helicópteros, entradas com policiais altamente armados, intervenções militares mesmo. E há a atuação dos grupos armados. A gente tem os grupos que são chamados pelo senso comum de traficantes; e as milícias. E são formas de violência armada muito diferentes. Isso explica também a importância de a pesquisa ser feita por pessoas que conhecem muito bem o território, porque aquelas que não conhecem vão falar da Maré como um território bastante homogêneo.

Podemos destacar algumas diferenças?

A exposição à violência não vai ser da mesma natureza. Elas não são

genéricas, generalizáveis, porque até cada milícia, cada grupo armado, traficante, vai ter atuação diferente nos territórios. A gente sabe que essas diferenças são cada vez mais menos determinantes e que as coisas se misturam cada vez mais.

Mas uma diferença é a ostentação e visibilidade das armas nos grupos armados traficantes. A circulação de armas visíveis, de forma ostensiva. Mas onde a milícia atua, isso é mais invisibilizado. Não quer dizer que elas não estejam lá, mas não são mostradas de forma tão ostensiva. Essa é uma diferença forte.

Uma das diferenças mais visíveis na pesquisa é que os índices de sofrimento

mental são maiores entre as pessoas que moram em áreas dominadas pelos traficantes. Tem a ver com isso que você falou...

Não. É mais sutil. É importante entender que o impacto mais importante dessa exposição à violência acontece devido à intervenção do Estado. Nos momentos de ação da polícia, a tensão é maior. Porque a ação da violência, da organização, da regulação do território, ela é contínua, cotidiana e, de alguma forma, mais previsível. As intervenções da polícia, às vezes, acontecem de madrugada, no meio do dia, quando as pessoas estão na escola, no trabalho. Toda aquela desorganização do cotidiano traz mais exposição à violência, os tiroteios. São raros os tiroteios entre os grupos armados. Eles acontecem quando há confronto entre a polícia, o Estado, e os grupos armados. E a gente sabe, isso é bem estudado por vários pesquisadores no Rio de Janeiro, que a polícia intervém muito mais em espaços domi-

nados pelo tráfico do que aqueles que são pela milícia. Esse é o elemento mais importante. Pouco se faz essa relação com a intervenção do Estado.

Há a impressão, para quem está longe, de que os confrontos acontecem entre grupos locais. Mas o recrudescimento da violência se dá na intervenção do Estado. E aí a pesquisa capta alguns efeitos sobre a saúde mental das pessoas. Por exemplo: 30% têm pensamentos sobre morte e 12% relatam pensamentos sobre suicídio.

Então, o que é muito difícil numa pesquisa como essa é captar a percepção do impacto dessa violência na saúde mental. Ela não é uma coisa que a gente consegue colocar de forma tão linear e tão óbvia. O que a pesquisa consegue mostrar são dados objetivos de exposição. Mais de 40% da população da Maré já esteve no meio um tiroteio, alguns mais de uma vez. Cerca de 25% já perderam alguém mais ou menos próximo,

baleado ou assassinado. Algo como 17% já viram alguém morto. Isso tem um impacto na forma de se viver. E esses dados são muito elevados. Até nós que trabalhamos na Maré ficamos surpresos com o nível de exposição.

Mas teve toda a parte subjetiva, que é o medo. Você tem medo de fazer algo, tem medo de morrer, tem medo de perder alguém? A gente teve uma parceria com o Instituto de Psiquiatria UFRJ, com o serviço social, para mensurar sintomas e a percepção do impacto em de cada um dos 1200 entrevistados.

Fizemos duas pesquisas simultâneas, uma com moradores, uma pesquisa domiciliar, e outra com pessoas usuárias de dro-

gas em situação de rua. Obviamente, os moradores de rua são muito mais expostos à violência, mas eles têm muito menos medo. Ou dizem que têm menos medo. Em ambos, a gente consegue ver que eles percebem mais impactos da violência na saúde mental do que na saúde física.

Há uma ideia de que a convivência com um clima de violência permanente desenvolve uma resistência, uma casca grossa. Isso não é verdade, é?

Há uma discussão na pesquisa sobre resistência, resiliência, naturalização, banalização. Existem muitos termos. Muita gente fala da naturalização da violência em contexto de favela,



ARTE: NO ESPAÇO NORMAL, ATIVIDADES SEMPRE FOTO: DOUGLAS LOPES/REDES DA MARÉ

ENTREVISTA COM MAÏRA GABRIEL

o que realmente a gente não usa de jeito nenhum. Vejamos esse exemplo da população em situação de rua, que tem uma exposição à violência gigantesca e uma percepção do medo muito menor. Eles vão dizer que têm menos medo que a população domiciliada. Então eu não falaria de um desenvolvimento de uma resiliência, e sim – e aí que acho que a gente tem que colocar isso na discussão no campo dos direitos humanos sobre o que é a dignidade da vida, sobre quais vidas humanas merecem ser protegidas. Porque eu acho que é mais um entendimento sobre o que o Estado reconhece como vida a proteger ou a não proteger. É mais sobre o que se esperar, o que se

cobrar do Estado, do que uma resiliência. Existe toda uma falta de entendimento de que o Estado existe pra proteger as vidas delas. Na Maré a população é jovem, pessoas que nasceram e nunca tiveram uma experiência do Estado que protege, sempre uma relação com o Estado de conflito armado. Eu acho que há uma resignação, uma expectativa menor de o Estado ajudar. Mas não há uma só pessoa que diga ser normal estar no meio de um tiroteio, ter de sair do trabalho pra ir buscar sua filha que está na escola porque começou um tiroteio.

Na pesquisa, há um dado sobre os usuários de drogas. O sentimento mais comum entre eles é

o de vergonha: 53%. Isso tem a ver com essa ideia de resignação, de que a pessoa talvez mereça estar nessa situação?

Com certeza. Eu acho que no Brasil ou no Rio de Janeiro, numa sociedade altamente desigual, racista, e moralista, conservadora, existe uma leitura muito individual do fenômeno do uso da droga abusivo. A gente vai julgar a partir da trajetória da pessoa, o que ela fez para chegar nesse lugar. Então, o olhar é ainda muito individualista, quando na verdade se sabe que são histórias coletivas. Basta olhar o perfil da população do Espaço Normal, que é esse lugar de redução de danos na Maré, no qual foram entrevistados os usuários para essa nossa pesquisa, e a população da Maré como um todo, que é um território de baixa renda, de menor escolaridade que a média do Brasil, do Rio, uma população mais preta, mais jovem, mais masculina, menos escolarizada. Então existe uma dimensão coletiva da trajetória



© Douglas Lopes

NA FLÁVIA FARNESE, A IDEIA É NÃO FICAR SÓ. FOTO: DOUGLAS LOPES/REDES DA MARÉ



ARTE: NO ESPAÇO NORMAL, ATIVIDADES SEMPRE FOTO: DOUGLAS LOPES/REDES DA MARÉ

de pessoas que usam drogas de forma abusiva. Mas quando deparamos e conversamos com uma pessoa nessa situação, ela se coloca nesse lugar muito moral e muito individual da situação.

Muitas vezes, as pessoas que usam drogas projetam completamente o olhar do outro, da sociedade. Ela vai também responder o que acha que o outro vai dizer, vai pensar e quer ouvir. E esse sentimento de vergonha é relacional. Sabemos que uma pessoa que está na rua ou usando drogas na rua muitas vezes foi criança de rua, passou por mil instituições, tem trajetórias que explicam que realmente as oportunidades foram muito restritas ao longo do pro-

cesso. No Espaço Normal, existe um trabalho que é uma tentativa de politizar a discussão, uma discussão política coletiva. Ela não é uma questão moral, individual. Eu me lembro da primeira vez que eu conversei com um usuário de crack, me impressionou muito. É como se eles entrassem na personagem cracudo. É quase uma performance, porque é uma identidade relacional.

O Espaço Normal é um projeto comunitário para redução de danos. Há também um local chamado Rua Flávia Farnese. Fale um pouco sobre esses locais e se isso, em contraponto a essa loucura que se vê em São Paulo, por exemplo, de uma perseguição

permanente à chamada Cracolândia, aponta uma alternativa para essa guerra inútil e infinita.

Em São Paulo, a situação é muito centralizada. No centro da cidade, uma das cidades mais ricas do Brasil e num lugar onde tem mil tensões imobiliárias, financeiras. Na Maré, essas cenas de uso não estão no centro nem na parte rica da cidade. São recentes as cenas de uso na Maré. Com a Copa, as Olimpíadas do Rio e a implementação das Unidades de Polícia Pacificadora, houve a reterritorialização das cenas de uso no Rio de Janeiro. Hoje há várias pequenas cenas debaixo de viadutos, em lugares quase escondidos. Assim é na Maré, uma favela que tem regulação do tráfego e uma parte se organizou naquela rua que se chama Clara Farnese, uma esquina, uma zona que não é residencial, muitos galpões industriais, então não incomoda tanto as pessoas.

Mas está num lugar super desprotegido em termos de exposição à

violência, justamente porque fica no que a gente chama uma divisa entre dois grupos armados. Então, quando tem tiroteio, conflitos ali, é uma zona de alto risco. Desde 2014, 2015, pessoas que estavam na Avenida Brasil foram se organizando lá, criando barracas onde vivem hoje, mas é um espaço também de circulação para outros usuários. É uma cena de uso aberta.

A Redes da Maré, que historicamente não trabalha com redução de danos, mas pensa o território, se perguntou o que poderia fazer para ajudar a melhorar as políticas públicas ali. Começamos com três pessoas indo até a cena, tentando entender quem eram, de onde vinham, o que procuravam. E assim surgiu a pesquisa “Meu Nome não é Cracudo”. Fizemos várias atividades e mapeamos toda a parte de saúde e assistência nas políticas públicas para essa população.

E daí nasceu o Espaço Normal, nome em

homenagem ao Normal, um usuário que era muito próximo do projeto e que morreu de bala perdida algumas semanas antes da inauguração do espaço. Era um espaço físico pequenininho, agora virou um galpão grande, uma porta de entrada para o cuidado de pessoas em situação de rua, em quadro de drogas. É um espaço de acolhimento. Então, em termos de resposta, eu acho que foi muito próximo também do que a cidade de São Paulo fez no programa De Braços Abertos. Bem menorzinho, mas é a mesma ideia. A gente não é uma equipe de saúde. Não queremos estar no lugar da rede de atenção pública, e sim ser um intermediário, um parceiro no território.

Vocês construíram um bom trabalho conjunto com o SUS, com a rede pública?

Completamente. Melhor não poderia. Somos muito próximos do CAPS AD (Centro de Atenção Psicossocial – Álcool e Drogas), das unidades de saúde, do Consultório na

Rua. O Espaço Normal virou um local onde essas equipes do SUS vêm fazer o atendimento no território. Temos um projeto chamado “A Tenda”, que é um encontro semanal de todas as equipes da assistência, da saúde e do Espaço Normal, que vão às cenas de uso e pensam estratégias conjuntas.

Um dos desafios é dar continuidade ao tratamento a usuários que moram na rua. Não fazemos tratamento, não há médico em nossa equipe, mas o CAPS, por exemplo, vai deixar a medicação com a gente. Muitas vezes é mais fácil o usuário ir ao Espaço Normal do que ir até o CAPS. Quando um paciente fica muito tempo sumido, tentamos achar. Temos uma colaboração super próxima. A relação não foi evidente no início, mas se construiu com práticas de trabalho comum. É preciso entender também que o Rio teve muitas mudanças nos últimos anos, com impactos em termos de políticas públicas. Mas as equipes que trabalham

no SUS são estáveis e muito comprometidas com a continuidade da política pública de redução de danos.

Vou dar outro exemplo dessa parceria. Quando começamos a trabalhar na Flávia Farnese, na cena aberta, os usuários não tinham acesso à clínica de saúde do território, porque para ser acompanhado por uma instituição, é preciso ter um endereço, e os usuários não tinham. Mas, em parceria, criamos um endereço, que é o Flávia Farnese 500. Uma invenção, para poder justamente cuidar dessa população.

Que lindo isso.

É super lindo, é uma das coisas mais bonitas que a gente conseguiu fazer. Foi um trabalho de costura lenta e todo mundo envolvido. Hoje, a maioria vai sozinha para a clínica, e as equipes do SUS vão para a cena de uso. Este é o nosso papel, ajudar nes-



NAS INTERVENÇÕES POLICIAIS, AUMENTAM OS IMPACTOS DA VIOLÊNCIA. FOTO: DOUGLAS LOPES/REDES DA MARÉ

sa costura no território.

Esse é um trabalho que pode ser replicado em outros locais do país? Porque o SUS, que tem pessoas preparadas e dedicadas, também precisa desse tipo de participação social.

É sempre importante dizer isso. Eu sempre me emociono e me impressiono toda vez que a gente precisa construir parcerias. Durante a pandemia, tivemos um trabalho conjunto de vacinação que foi maravilhoso. Onde há dinâmicas locais super específicas, a rede pública precisa de interlocutores, de mediadores, de apoio,

de colaboradores mesmo. Estamos conversando com o novo governo sobre isso. É preciso intermediários, moderadores nos territórios. Os moradores dos territórios têm relações muito variáveis em termos de acesso e confiança no serviço público. É uma das coisas que a gente defende muito. Não é porque fazemos isso, mas é porque vemos que isso de fato funciona. Conseguimos fazer relações entre diferentes atores, as igrejas, as clínicas da saúde, as escolas, os comércios, os comerciantes, enfim, uma série de atores com vários projetos. ■

Para conhecer mais:

REDES DA MARÉ - www.redesdamare.org.br

CONSTRUINDO PONTES - [www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/BOLETIM_PESQUISA_CONST_PONTES .pdf](http://www.redesdamare.org.br/media/downloads/arquivos/BOLETIM_PESQUISA_CONST_PONTES.pdf)

Quando novas personagens entram em cena

TAMIRES SAMPAIO, ASSESSORA ESPECIAL DO MINISTÉRIO DA JUSTIÇA



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Tamires Sampaio é uma jovem advogada negra de 29 anos, feminista, moradora de Guaianases, bairro da Zona Leste de São Paulo. Desde 2012 é militante do PT e da Coordenação Nacional de Entidades Negras (Conen). Foi secretária-adjunta de Segurança Cidadã em Diadema e pesquisa as áreas de segurança pública, sistema de justiça criminal e racismo estrutural.

Em 2019 concluiu seu mestrado em Direito, com a dissertação: “Código oculto: política criminal, processo de racialização e obstáculos à cidadania da população negra no Brasil”. Ela já ocupou a vice-presidência da União Nacional dos Estudantes (UNE), de 2015 a 2017, ano em que tornou-se diretora do Instituto Lula. Em 2020, candidatou-se a uma vaga de vereadora

na Câmara Municipal de São Paulo e recebeu mais de 10 mil votos.

Hoje, como assessora especial do Ministério da Justiça, coordena o Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania.

Conte um pouco da sua história, trajetória e o que a levou a tornar-se militante anti-racista e feminista.

Eu nasci em São Paulo, vivi minha vida inteira na Zona Leste, junto com a minha mãe, que é uma militante do movimento de mulheres negras. Eu a acompanhei desde a barriga em reuniões, atividades, seminários, pequeninha, ainda, em marchas. Eu cresci entendendo a potência e a importância da organização, da luta coletiva, do movimento negro. Quando eu entrei

no Mackenzie, comecei a atuar no movimento estudantil, o que me colocou em contato com o Partido dos Trabalhadores, onde eu me encontrei como Thami- res, militante, ativista, e não só filha da Rose, que é uma grande referência para mim, muito respon- sável por essa atuação, pelo engajamento, pela compreensão política da importância de se orga- nizar. Uma coisa inte- ressante em nossa vida é que foi muito marcada por políticas públicas que são resultados de lutas do movimento social. A casa que a gente mora, em Guaianases, na Zona Leste, é fruto de uma luta do movimento de moradia, um programa de habitação popular. Eu entrei na faculdade gra- ças ao Prouni, às cotas, que garantiram acesso à universidade para a população negra.

Hoje, no Brasil, a criação de oportunidades para a juventude é uma das principais prioridades. Como você vê essa pauta no atual governo?

Existe uma coisa inte-



TAMIRES ACOMPANHANDO O MINISTRO FLÁVIO DINO NA INAUGURAÇÃO DO HANGAR DA PRF, AGENDA RELATIVA AO PROGRAMA DE SEGURANÇA COM CIDADANIA. FOTO: ARQUIVO PESSOAL

ressante sobre o atual governo Lula: tem muitas pessoas que foram beneficiadas pelas políticas construídas nos governos Lula 1 e 2, ou seja, de acesso a universidades, ao ensino técnico, e que hoje estão aqui no governo federal, em diversos ministérios, em posição de gestoras. Pessoas que não só tive- ram a vida transformada por políticas, mas estão em posições de formu- lação, acompanhamento e execução de políticas públicas. São jovens, mulheres, negros, em diversos lugares. Isso traz uma modificação, inclusive em relação ao que é prioridade ou não do governo federal. Por serem jovens negros que

tiveram acesso ao ensino superior, ensino técnico a partir dessas políticas, hoje tem aqui gente que entende a necessidade do governo federal, que é priorizar essa popula- ção. Então, se lá atrás tínhamos o programa Juventude Viva, hoje a gente está com o Juven- tude Negra Viva porque entende que é importan- te que exista esse recorte social nas políticas de proteção, de promoção à vida. E se existe uma juventude específica que está sendo violentada, assassinada diariamente, o governo federal precisa ter um olhar específico para essa juventude. Há jovens de movimentos rurais tocando a política de juventude agrária e

colocando a sua necessidade em um plano nacional. Penso que essa nossa presença traz uma prioridade. O Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania, que eu coordeno, tem como recorte a população jovem e um recorte racial bem forte, porque a gente entende que essas políticas de segurança preventivas precisam alcançar a população que tem a vida diariamente interrompida. E construir mecanismos para garantir a proteção à vida. Penso que existe uma compreensão no governo federal sobre a importância de construir políticas com recorte específico pra atender a população jovem brasileira no uso da cultura, no esporte, no âmbito do trabalho, emprego, da segurança pública, da saúde, enfim, na transversalidade. Por isso, esse governo federal coordena e planeja, no âmbito de relação com os estados e os municípios.

Quando foi que você começou a se interessar pelo tema da segurança pública e como é estar

frente do Programa Nacional de Segurança Pública com Cidadania?

Para mim foi uma emoção muito grande ter sido convidada para ser a coordenadora, porque desde a graduação eu pesquisei sobre segurança pública e, como comentei, sou militante do movimento negro desde pequena, e essa é a principal pauta. É a luta contra o genocídio da população negra. Meu trabalho de conclusão de curso foi sobre o genocídio da juventude negra e segurança cidadã. Aí, mais pra frente, no mestrado, aprofundi um pouco mais mais numa discussão sobre a relação do racismo estrutural com política, com a polí-

tica de segurança pública e com o sistema criminal. E também ver o seguinte: como a segurança cidadã pode ser uma resposta e frear esse processo de violência. Aí tive a experiência como secretária-adjunta de Segurança Cidadã em Diadema. Foi incrível, porque aí saí de uma perspectiva acadêmica ou de militância para ir para a gestão pública. O município de Diadema, que há 30 anos era um dos mais perigosos do Brasil, hoje saiu dessa lista dos mais violentos por políticas de prevenção. Então, prova na prática que um policiamento comunitário por meio das guardas e políticas com foco na juventude, de acesso a cultura, esporte, educação,



TAMIRES PARTICIPANDO DO DEBATE "A CONSTRUÇÃO DE POLÍTICAS DE SEGURANÇA PÚBLICA POPULARES PARA O ENFRENTAMENTO DO GENOCÍDIO DA JUVENTUDE NEGRA E PERIFÉRICA. FOTO: ARQUIVO PESSOAL

renda, têm um impacto direto nesse processo de violência. A trajetória de militância, a academia e a pesquisa sobre essa temática, a experiência da gestão de Diadema, me possibilitaram estar aqui no Ministério da Justiça, coordenando Pronasci.

O que o Pronasci traz de inovador em relação ao que você já tinha visto anteriormente na política pública brasileira?

Eu costumo dizer que a gente não está inventando a roda. Esse conceito de segurança cidadã é antigo, vem sendo abordado de uma perspectiva teórica há muito tempo e já tem experiência de gestões também. Não estamos criando uma coisa necessariamente diferente. O que a gente tá fazendo agora, na realidade, é focar em territórios com alto índice de vulnerabilidade social e de violência a partir das experiências exitosas de programas de prevenção de formação para os agentes de segurança, de construção de mecanismos de participação popular e social na



COM O MINISTRO DO TRABALHO E EMPREGO LUIZ MARINHO. FOTO: ARQUIVO PESSOAL

produção das políticas de segurança, do entendimento de como essas políticas funcionam. E, a partir desse diagnóstico, concentrar investimentos do governo federal por meio de políticas, de repasse, equipamentos e ações, nessa perspectiva de prevenção, com cinco eixos específicos. Delimitamos 163 municípios do Brasil que concentram 50% das mortes violentas intencionais que abarcam o homicídio, latrocínio, lesão corporal seguida de morte, feminicídio e mortes decorrentes de intervenção policial. E aí se percebe o quanto a violência é concentrada no nosso país, são 163 cidades, basicamente 3% do total, que concentram 50% das

mortes violentas. Daí a necessidade de concentrar políticas que envolvem o fortalecimento das forças de segurança, formação, equipamento e também investimento em saúde, cultura, lazer, moradia, distribuição de renda, acesso a emprego, trabalho. Tudo isso está relacionado com a segurança. Essa é uma disputa na prática do conceito de segurança pública. A gente passou nos últimos anos por um governo que promovia uma política genocida, de morte, e reforçou a noção da segurança como uma vingança.

A ideia da segurança privada, de que o cidadão armado é que vai se proteger e o Estado não necessariamente precisa



32ª SESSÃO DA COMISSÃO DE PREVENÇÃO AO CRIME E JUSTIÇA CRIMINAL DA ONU EM VIENA REPRESENTANDO O MINISTÉRIO DA JUSTIÇA E SEGURANÇA PÚBLICA. ARQUIVO PESSOAL

ter a responsabilidade dessas políticas públicas em geral. Construir um programa de segurança pública com cidadania é trazer essa noção de que a segurança não se constrói apenas com as forças de segurança, com os agentes, mas, em especial a partir do combate à desigualdade.

Você destacou bastante como é central investir em prevenção. Do outro lado, na sociedade, vemos um posicionamento que reforça a penalização. O que o governo Lula está fazendo ou pode fazer contra a ampliação Estado policial-penal?

A situação que a gente vive hoje é que as pessoas estão muito preocupadas com segurança. E histori-

camente a segurança pública esteve aliada a uma ideia de manutenção da ordem, prevenção de risco, manutenção de uma estrutura social desigual, formada por um país em que tem como início o genocídio dos povos indígenas e a escravidão da população negra, dos povos africanos, que foram trazidos para cá por meio do tráfico negreiro. Então, é uma estrutura construída sobre uma dinâmica de morte e de tortura e de animalização e objetificação de uma parcela enorme da população que aqui estava. Dizer que a segurança pública está aliada à manutenção de uma ordem social desigual, violenta, que naturaliza a morte e a violência contra uma parcela, é colocar a segurança pública a serviço da manutenção das violências, discriminações e desigualdades sociais que existem no Brasil. E aí isso é uma questão histórica e que foi reforçada nos últimos anos, por esse período em que a gente teve um governo que promoveu uma política de ódio a morte.

Na perspectiva do governo federal, construir um programa nacional de segurança com cidadania, trazer essa concepção de que a segurança se dá a partir da garantia de direitos, do combate às desigualdades, da prevenção e não da violência e da repressão, como foi disseminado nos últimos anos, é um papel na construção de outra dinâmica de segurança. E consolidar o fortalecimento dos conselhos nacionais e estaduais, municipais, de segurança pública, fomentar a participação do movimento social, o fortalecimento dos coletivos e das agendas de prevenção à violências, tudo isso se reflete em um outro direcionamento. Em vez de um Estado policial penal violento, repressor, a perspectiva de um Estado social de enfrentamento às violências estruturais, culturais, às desigualdades, garantidor de direitos. ■

Instituto Inã investe no desenvolvimento de comunidades tradicionais amazônicas

ROSE SILVA

O Inã - Instituto Nova Amazônia surgiu há seis anos na cidade de Bragança (PA) com o objetivo de apoiar o desenvolvimento sócio ambiental de comunidades tradicionais da região amazônica. Palavra de origem indígena, Inã significa “pessoa” e reflete a missão institucional de construir uma nova Amazônia pensada a partir de quem lá aqui vive e conhece de perto o modelo de desenvolvimento sustentável necessário.



PATRÍCIA REIS,
FUNDADORA E ATUAL
PRESIDENTA DO INÃ.
FOTO: ARQUIVO PESSOAL

AONG nasceu a partir da preocupação com a falta de apoio técnico e social para o desenvolvimento sustentável, econômico e igualitário de comunidades tradicionais e em situação de risco, com o intuito de promover e efetivar direitos.

A fundadora e atual presidenta do Inã, Patrícia Reis, conta que em 2003 um grupo de pessoas interessadas começou a entender que em Bragança era difícil contribuir com projetos sociais. “Estamos próximos a

manguezais, os maiores do Brasil. Havia pescadores se envolvendo com as comunidades sem que de fato a gente conseguisse estar perto deles. Então vimos também a questão ambiental e pessoas sendo muito atacadas, pescadores, ribeirinhos, mulheres. E aí a gente tentou de alguma forma se aproximar, pelo movimento social, de igrejas e organizações, mas não conseguimos”, lembra.

“Pensamos então em criar uma horta e um instituto para apoiar

as populações tradicionais, com formação, com apoio técnico, mas partindo do princípio de que elas tivessem um protagonismo social, que fossem valorizadas, e isso que nos move até hoje”, afirma Patrícia.

O Inã acredita que tudo o que já foi feito pelas comunidades tradicionais, pelas mulheres, pelos indígenas, pelos pescadores, pelos agricultores tem dado certo, pois as maiores áreas de preservação são essas. “Se as coisas que eles vêm fazendo

têm dado certo, porque a gente vai querer inventar a roda? Partimos desse modelo que já existe. O Inã fala de Amazônia a partir de quem mora aqui, de atividades que de fato vêm preservando a Amazônia. Queremos desenvolvimento socioambiental com base no conhecimento, na trajetória e na história de quem está na Amazônia”, diz.

O Instituto mantém projetos com catadores de materiais recicláveis, mulheres extrativistas e pescadores artesanais. E ainda mulheres que confeccionam ecobags de restos de materiais,

agricultores familiares que produzem farinha e pequenos pescadores. Outros foco de atuação são o cinema e as culturas de periferia. “A gente trabalha com formação, captação de recursos e geração de renda. Todos os nossos projetos vêm alinhados com formação ambiental, direitos humanos, equidade de gênero”, explica Patrícia.

Conheça algumas ações:

Ração artesanal para piscicultura em Bragança (PA)

Tem como objetivo a produção de ração artesanal, feita a partir de

frutos encontrados na comunidade. A produção é realizada principalmente por mulheres agricultoras. Inserir essa atividade econômica como opção para essas mulheres promove a igualdade de gênero e do mundo do trabalho dentro da agricultura familiar, além de fomentar aumento de renda e protagonismo social para muitas destas mulheres. O projeto também visa diminuir situações de violência de gênero nas quais as mulheres dependem de seus parceiros e por vezes, em situação de risco. As mulheres trabalham em rede tanto para participar das formações e capaci-



PROJETO RAÇÃO ARTESANAL PARA PISCICULTURA EM BRAGANÇA (PA). FOTO: DIVULGAÇÃO



AULA SOBRE EDUCAÇÃO AMBIENTAL FOI NA COOPERATIVA DE CATADORES DE MATERIAIS RECICLÁVEIS E COM A SUA PRESIDENTE MARIA DE JESUS. FOTO: REPRODUÇÃO REDES SOCIAIS

tações do projeto quanto para atuar na comercialização da ração artesanal.

Inclusão social e produtiva dos catadores de materiais recicláveis em Bragança (PA)

Promove a inclusão social e produtiva da Cooperativa de Catadores(as) de Materiais Recicláveis dos Caetés (Coomarca) por meio da produção do sabão artesanal. A matéria prima utilizada é o óleo de cozinha que antes seria descartado causando danos irreparáveis e agora pode ser coletado pela Cooperativa e transformar a vida dos catadores e catadoras. O projeto visa

não só a conscientização sobre o descarte do óleo de cozinha como também, e principalmente, trazer as pessoas antes “invisíveis” aos olhos da comunidade a serem mais respeitadas pela sociedade e se sentirem mais capacitadas e valorizadas. Além da produção do sabão, foram realizadas oficinas de formação como o curso de alfabetização.

Escoamento de produtos da reserva extrativista marinha Caeté-Taperaçu

Um dos objetivos é viabilizar um sistema de apoio ao transporte e comercialização para que as comunidades extrati-

vistas possam vender seus produtos diretamente nos centros urbanos, sem atravessadores, garantir-lhes renda justa e melhores condições para enfrentar os impactos causados pela pandemia.

Saneamento ecológico integrando comunidades tradicionais

Problemas Modernos, Soluções Ancestrais: saneamento ecológico integrando e fortalecendo as comunidades tradicionais no município de Bragança-PA tem como objetivo proporcionar o fortalecimento dos grupos tradicionais através da reflexão da sua relação com

PERFIL

o território, tendo como base a valorização dos pescadores (as) artesanais como populações tradicionais e o reconhecimento. É reforçando a valorização da participação da mulher nos espaços.

Debater e discutir a importância da participação social e a proteção do território como garantia de direitos. Sensibilizar a sociedade quanto à destinação e uso de re-

síduos sólidos orgânicos e o reaproveitamento da água, utilizando técnicas da permacultura adaptadas à realidade local que promovam melhorias na qualidade de vida de populações vulneráveis da região bragantina.

Mulheres Artesãs da Vila Que Era e o fortalecimento das suas Ancestralidades

Busca fortalecer a au-

tonomia das mulheres artesãs da Vila Que Era, pelo apoio à produção de bijoias. Também atende a demanda de aumento do atual espaço de trabalho das mulheres com a reforma de uma área para a produção do artesanato e exposição do produto para comercialização, melhorando desta forma a renda e valorização das artistas. ■

PARA CONHECER MAIS:
[INSTITUTOINA.ORG/](https://www.institutoina.org/)



A BIBLIOTECA COMUNITÁRIA DO CHAU. O PROJETO VISA DE MODO GERAL A INCLUSÃO DAS CRIANÇAS E ADOLESCENTES DA VILA DO CHAU. FOTO: REPRODUÇÃO REDES SOCIAIS

INSTITUTO LUIZ NOGUEIRA

O Instituto Luiz Nogueira atua na periferia de Maceió (AL) e oferece atendimento psicológico à comunidade, toda sexta-feira pela manhã, das 8h às 11h. Os psicólogos são voluntários da instituição. Além disso, também possui equipe de atendimento jurídico com advogados em várias especialidades, inclusive de direito previdenciário. Recentemente firmou parceria com uma escola municipal para oferecer reforço escolar a crianças, no contraturno do horário regular de aula. O atendimento é gratuito.

Para saber mais: <https://www.instagram.com/institutoprofessorluiznogueira/>

Os desafios e as potências das juventudes: da luta contra a violência policial ao poder do hip hop

Desde início de 2020, o Projeto Reconexão Periferias realiza programas para discutir os temas mais diversos relacionados às periferias, sempre dialogando com organizações, coletivos, movimentos sociais, ati-

vistas e militantes de todo o país. Durante o mês de agosto de 2023, foram realizados programas com temáticas associadas à última edição da Revista Reconexão Periferias, “Desigualdades de raça e gênero são o maior desa-

fio da juventude” (edição de agosto).

Os encontros ocorreram quinzenalmente, sempre às terças-feiras às 17h, horário de Brasília, no canal do [youtube da FPA](#) e na [página do Facebook](#)

Confira os programas de agosto e acesse o canal da Fundação Perseu Abramo para assistir:

08/08/2023 - Violência policial no Guarujá (e no Brasil) - com Cláudio Aparecido Silva

22/08/2023 - A arte do hip hop salva vidas em Palmas - com Regis Rodrigues

ENTREVISTA 8 DE AGOSTO - 17H

VIOLÊNCIA POLICIAL NO GUARUJÁ (E NO BRASIL)

CLÁUDIO APARECIDO SILVA
Ouvidor da Polícia do Estado de São Paulo e conselheiro do projeto Reconexão Periferias

FUNDACÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores
ACOMPANHE: FundacaoPerseuAbramo

ENTREVISTA 22 DE AGOSTO - 17H

A ARTE DO HIP HOP SALVA VIDAS EM PALMAS

REGIS RODRIGUES
Idealizador do Projeto 42 e produtor cultural

FUNDACÃO Perseu Abramo Partido dos Trabalhadores
ACOMPANHE: FundacaoPerseuAbramo

Vinícius Torres



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Vinícius Torres nasceu em Manaus (AM), é roteirista, cineasta e escritor. Começou sua trajetória como fotojornalista substituído no Blog da Floresta AM, do premiado jornalista Orlando Farias. A fotografia de Marcus chamou atenção pelos estilos e cores, enquanto desenvolvia esse trabalho também realizava eventos como produtor cultural em periferias de Manaus, como eventos literários, rodas de conversa, palestras sobre cultura, cursos de música e de produção audiovisual. Posteriormente, realizou atividades na Universidade Federal do Amazonas, onde cursou geografia. Atualmente trabalha como produ-

tor cultural e diretor de cinema.

Em 2015 começou a sua produção cultural dentro do ambiente acadêmico, produzindo e dirigindo festivais culturais como o Acamp Ufam 2015 e o brechó Coletivo Fora Temer, que foi uma alternativa de economia criativa em momento de crise financeira histórica

do Brasil. Consistia em um coletivo de brechós, artesãos e artistas independentes que se uniram para expor e vender seus trabalhos no Hall do antigo ICHL cedido em comum acordo com a Universidade Federal do Amazonas. Participou de algumas exposições como artista visual e fotógrafo nas Universidades Federal e Estadual do Amazonas.

Escreveu por um ano para o Portal Xibé AM, em uma coluna literária, e também foi jurado no Prêmio Xibé 2015 na categoria músicos. Nos anos seguintes, passou a escrever para a RadioWeb Coopnews, como colunista musical. Em 2017 começou a trabalhar com



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

o audiovisual, na criação e roteiros de podcasts e produções independentes. Em 2020 lançou, em Roraima, o videocast Ouvir Roraima, pelo portal Cidade em Foco RR. Posteriormente, em 2021, em parceria com a TV Cultura RR e a TV Ativa, produziu e dirigiu programas para ambas, como o

Aprendendo em Casa BV na TV, um projeto em parceria com a Secretaria Municipal de Educação e Cultura (SMEC) e o Roraima Visto de Cima.

Em 2021 ingressou no cinema e transformou sua linguagem em obra audiovisual. Cineasta amazônico, seu primeiro



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

filme é o curta-metragem *Fanzine Últimas Páginas*, em parceria com a diretora Rebeca Libna. Participou também do Festival do Minuto, em 2023, com seu filme *Lembranças*. Em nova empreitada se prepara para lançar o primeiro longa-metragem, que conta um pouco da história do artista roraimense macuxi Jaider Esbell. ■



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

SERVIÇO:

Redes sociais: @viniciusrochabrasil

Mais informações:

<http://www.festivaldominuto.com.br/pt-BR/contents/52981>

<https://www.folhabv.com.br/variedades/cultura/cinema-em-roraima-um-olhar-de-producao/>

<https://agoraroraima.com.br/super-homem-ou-super-mito-o-que-nos-ensina-a-jornada-do-heroi/>

<https://agoraroraima.com.br/o-remedio-que-te-alivia-o-afago-que-te-consola-o-que-nos-ensina-a-dor-na-arte/>

<https://www.youtube.com/watch>

https://youtu.be/6D4H5_Uh5ag

Aline Guimarães



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Aline Guimarães, de Teresina (PI), é conhecida pelo nome artístico Línea, que vem de sua relação com a dança e da forma como ela se vê no mundo. Línea tem a ver com os movimentos que pode fazer como artista. Iniciou na dança desde pequena até a formar-se na Escola de Dança Lenir Argento. É artista urbana, ilustradora, arte-educadora e performer. Seu trabalho é uma contação de histórias ancestrais, passa pela brincadeira das crianças e a sabedoria dos velhos, atravessada diretamente pela dança,

sua formação inicial. Em 2018, começou a grafitar e adentrar a arte urbana. Tem participado de festivais de graffiti pelo Brasil e ilustrado diversas publicações com a temática infantil, afrodescendente e da cultura popular. Suas

principais inspirações são as crianças, idosos e tudo que pode vir a fazer parte do cotidiano afro-referenciado, passando por crenças, afetos, trabalho, estética, entre outros elementos culturais. ■



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Redes sociais:

<https://linktr.ee/lineaaaa>

<https://www.instagram.com/lineaaaa>

<https://lineguimaraes.com.br>



Programa Quinzenal Reconexão

Periferias Terça- feira, às 17h (horário de Brasília). No canal da Fundação Perseu Abramo: www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo

Programa Voz da Mulher

produzido pela Associação Mulheres na Comunicação - Rádio Web Mulheres na Comunicação www.mulheresnacomunicacao.com/
Aos sábados, às 8h, retransmitido de segunda a sexta-feira: 6h, 13h, 19h e 23h. O programa está disponível no Spotify, Google Podcasts, Apple Podcasts e Anchor, no canal "Mulheres na Comunicação"

Rádio Mixtura

Toda quarta-feira, a cada 15 dias
[Na plataforma dos Jornalistas Livres e da Radio Mixtura](#)

Sesi Lab, Exposição de trabalhadores de Sebastião Salgado

Data: 5 a 30/09, das 9h às 18h
Onde: SESI Lab - SCTS, 1 - Bloco A - Brasília, DF. Ingressos: R\$ 20,00
[Informações aqui](#)

Introdução à História da Loucura de Michel Foucault

Data: 6/09 a 04/10, das 19h às 21h
Onde: IFBA Campus Barreiras - R. Gileno de Sá Oliveira, 271 - Recanto dos Pássaros - Barreiras, BA. [Informações aqui](#)

XXXIII Ciclo de Atualizações em Ciências Biológicas - Conservação da Biodiversidade e Mudanças Climáticas

Data: 18/09 a 23/09/2023
Onde: Universidade Federal do Paraná - Centro Politécnico - Av. Cel. Francisco H. dos Santos, 100 - Jardim das Américas - Curitiba, PR
Ingressos: A partir de R\$ 15,00.
[Informações aqui](#)

Batalha da Juventude

Data: todas às segundas-feiras até 02/10, às 18h.
Onde: Calçadão externo do Centro Cultural da Juventude Ruth Cardoso - Av. Dep. Emílio Carlos, 3641 - Vila Nova Cachoeirinha - São Paulo, SP

4º FALA! Festival de Comunicação, Cultura e Jornalismo de Causa

Data: 21/09 e 23/09, das 18h às 21h
Onde: Centro Cultural Cais do Sertão - Avenida Alfredo Lisboa, s/n - Recife, PE
[Informações aqui](#)

Cine Debate - Filme Verde Esperança

Data: 25/09 às 19h
Onde: Cine Brasília - Asa Sul EQS 106/107 - Brasília, DF

V Encontro do Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência

Data: 27 e 28/09, das 8h às 18h
Onde: presencial IFPA - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Pará, Campus Belém - Belém, PA
[Informações aqui](#)

IV SILLIC - Simpósio em Leitura, Linguagem e Identidade Cultural - "Reflexões e desafios sobre ler e escrever na escola"

Data: 28/09 às 19h e 29/09 às 8h
Onde: IFRO Instituto Federal de Rondônia - Campus Ji-Paraná - Ji-Paraná, RO. [Inscrições aqui](#)

20 anos da Lei 10.639/2003: conquistas; velhos e novos desafios e perspectivas - Encontro Estadual

Data: 29 e 30/09, das 8h às 18h
Onde: Teatro Campus IFES Vitória - Av. Fernando Ferrari, 514 - Goiabeiras - Vitória, ES

I Conferência Livre Nacional de Saúde Mental das Periferias

Data: 30/09, das 9h às 17h
[Formato remoto](#)

II Encontro do Fórum Estadual LGBTIAPN+

24 e 25/8. Faculdade Católica de Rondônia - Rua Gonçalves Dias, 290 - Centro - Porto Velho, RO. [Informações aqui](#)

OPORTUNIDADES SETEMBRO

Edital	Foco	Prazo	Link
EDITAL DE SELEÇÃO PÚBLICA DE PROJETOS CULTURAIS A SEREM BENEFICIADOS PELA LEI DE INCENTIVO À CULTURA 2023 - 2024	O objeto do presente Edital é a seleção de Projetos Culturais de caráter estritamente artístico ou cultural, de abrangência no Estado de Roraima, elaborados por pessoas físicas ou pessoas jurídicas, interessadas em obter apoio financeiro proveniente de incentivo fiscal por intermédio da Lei nº 1.545/2021 de Incentivo Fiscal à Cultura do Estado de Roraima, aprovados pelo GTAP.	Até 30 de abril de 2024	https://www.secult.rr.gov.br/
Prêmio do Movimento LED - Luz Na Educação 2024	O Prêmio Led 2024 é uma iniciativa da Globo e Fundação Roberto Marinho que pretende iluminar práticas inovadoras na educação brasileira e reconhecer quem está agindo em prol do futuro da educação no Brasil. O Prêmio do Movimento LED é uma chamada aberta para educadores, estudantes, organizações, empreendedores e criadores que atuam na temática de educação e desenvolvem iniciativas inovadoras.	Até 27 de setembro de 2023	https://prosas.com.br/editais/13983-premio-do-movimento-led-luz-na-educacao-2024
Curta Para Mulheres - Bolsa para a produção de Curta-Metragem	Promoção do desenvolvimento audiovisual nacional mediante ações afirmativas por meio de obras de curta metragem, com a finalidade de promover o protagonismo de cineastas mulheres cis ou transgênero, negras (pretas e pardas) e indígenas na produção audiovisual nacional e a expansão do número de produções dirigidas por pessoas físicas estreadoras. Os projetos audiovisuais de curta-metragem deverão ser inscritos por pessoas físicas que se autodeclarem como pertencentes ao gênero feminino (cis ou transgênero), brasileiras natas ou naturalizadas, que desempenhem obrigatoriamente a função de direção, sendo facultativo o acúmulo de outras funções.	Até 27 de setembro de 2023	https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais-e-portarias/editais/2023/inscricoes-abertas/curta-para-mulheres-bolsa-para-producao-de-curta-metragem

OPORTUNIDADES SETEMBRO

<p>Curta Afirmativo - Bolsa para a produção de Curta-Metragem</p>	<p>Promoção do desenvolvimento audiovisual nacional mediante ações afirmativas por meio de obras de curta metragem, com a finalidade de promover o protagonismo de cineastas negros (pretos e pardos) e indígenas na produção audiovisual nacional e a expansão do número de produções dirigidas por pessoas físicas estreadas.</p>	<p>Até 27 de setembro de 2023</p>	<p>https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais-e-portarias/editais/2023/inscricoes-abertas/curta-afirmativo-bolsa-para-producao-de-curta-metragem</p>
<p>Edital Cultura Viva 2023 - Fomento a Pontos de Cultura</p>	<p>Este Edital tem por objeto selecionar 46 (quarenta e seis) projetos para celebrar Termo de Compromisso Cultural com Pontos de Cultura que possuam pelo menos 3 (três) anos de constituição jurídica e de experiência no mesmo objeto ou objeto similar, para desenvolverem, articularem e darem continuidade a ações culturais das Redes de Pontos de Cultura relevantes para a diversidade cultural brasileira e para o fortalecimento da Política Nacional de Cultura Viva no Brasil.</p>	<p>Até 02 de outubro de 2023</p>	<p>https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais-e-portarias/editais/2023/inscricoes-abertas/edital-cultura-viva-2023-fomento-a-pontos-de-cultura</p>
<p>Edital Premiação Cultura Viva - Sérgio Mamberti</p>	<p>O objeto deste Edital é potencializar a Política Nacional de Cultura Viva com a valorização e o fortalecimento das culturas populares, tradicionais e da diversidade cultural brasileira, por meio de 1.117 (um mil, cento e dezessete) prêmios de reconhecimento da relevante contribuição das iniciativas culturais realizadas por agentes culturais - pessoas físicas, grupos/coletivos culturais e instituições privadas sem fins lucrativos de natureza ou finalidade cultural.</p>	<p>até 02 de outubro de 2023</p>	<p>https://www.gov.br/cultura/pt-br/assuntos/editais-e-portarias/editais/2023/inscricoes-abertas/edital-premiacao-cultura-viva-sergio-mamberti</p>

OPORTUNIDADES SETEMBRO

<p>Projeto Gauss - Processo seletivo de pré universitários</p>	<p>Inscrições abertas para alunos que pretendem prestar vestibular. Nós damos bolsa em cursinho, auxílio psicológico, acompanhamento com mentores, aula de reforço, bolsa auxílio, tudo que o aluno precisa pra conseguir se dedicar. Tudo 100% grátis. Temos vagas presenciais em São Paulo, Aracaju, Curitiba, Salvador, Brasília e, na modalidade EAD, para todo o Brasil</p>	<p>Até o dia 05 de outubro de 2023</p>	<p>https://www.instagram.com/p/</p>
<p>Edital da Fundação John Deere</p>	<p>Apoiar projetos sociais com investimento privado e incentivado que estejam alinhadas à Política de Doações e Patrocínios da John Deere, que possui três pilares de atuação: combate à fome, desenvolvimento comunitário e educação. Para projetos aprovados via Incentivo Fiscal atuamos com as legislações no âmbito Federal, Estadual e Municipal.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9250-fundacao-john-deere-banco-de-projetos</p>
<p>Aliança Regenerativa</p>	<p>Somos diversas organizações socioambientais que, solidárias frente ao sofrimento em Brumadinho, decidiram criar o Fundo Regenerativo Brumadinho. e agir de forma unificada, como sociedade civil, em prol da regeneração de toda a extensão da área afetada, banhada pelo rio Paraopeba. Aceitamos projetos provenientes da comunidade atingida ou iniciativas da sociedade civil em resposta ao crime ambiental do rompimento da barragem do Córrego do Feijão. Pessoas, grupos, coletivos, associações de bairro e qualquer organização da sociedade civil que tenham interesse, experiência e talentos para somar ao processo de apoio a Brumadinho e Paraopeba.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/6298-alianca-regenerativa</p>

OPORTUNIDADES SETEMBRO

<p>Elas Avancam: Ambientes Prósperos para o Protagonismo Feminino</p>	<p>Buscamos projetos que promovam atividades, ações de capacitação e formação profissional, qualificação em tecnologia e/ou desenvolvimento de habilidades e competências que fortaleçam as mulheres e promovam a equidade de gênero. Projetos que contribuam, de forma direta ou indireta, para a construção de um ambiente fértil para o protagonismo feminino por meio de ações como o desenvolvimento de lideranças, o combate ao machismo, atividades no contraturno escolar para crianças, a promoção da saúde e bem-estar, o combate à discriminação e violência de gênero, etc.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9048-elavancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino</p>
---	---	-----------------------------	--



F U N D A Ç Ã O
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores

